

## **LEI MUNICIPAL Nº. 34 DE 10 DE SETEMBRO DE 2010.**

*Dispõe sobre a instituição da Política Municipal do Idoso, cria o Conselho Municipal de Direitos do Idoso, o Fundo Municipal de Direitos do Idoso e dá outras providências.*

**A Prefeita do Município de Itapagipe,**

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte **Lei:**

### **CAPÍTULO I**

#### **Da Finalidade**

**Art. 1º** - Fica criada a **Política Municipal do Idoso** que tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e efetiva participação na sociedade de acordo com o **Estatuto do Idoso, Lei nº. 10.741/2003.**

**Art. 2º** - Para os efeitos desta **Lei** é considerada idosa a pessoa com idade igual ou superior a **60 (sessenta) anos.**

**Art. 3º** - A política de atendimento ao idoso far-se-á por meio do conjunto articulado de **ações governamentais e não-governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.**

**Art. 4º** - São linhas de ação da política de atendimento:

**I** - políticas sociais básicas, previstas na **Lei nº. 8.842, de 04 de janeiro de 1994;**

**II** - políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que necessitarem;

**III** - serviços especiais de prevenção e atendimento às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão ou qualquer outra forma que venha a ferir a dignidade humana e o direito a vida;

**IV** - serviço de identificação e localização de parentes ou responsáveis por idosos abandonados em hospitais e instituições de longa permanência;

**Parágrafo Único** - Esse serviço de identificação e localização fica vinculado a **Secretaria de Desenvolvimento Social.**

**V** - mobilização da opinião pública no sentido da participação dos diversos segmentos da sociedade no atendimento do idoso.

### **CAPÍTULO II**

#### **Dos Princípios e Diretrizes**

## SEÇÃO I

### Dos Princípios

**Art. 5º - A Política Municipal do Idoso** reger-se-á pelos seguintes princípios:

**I** – a família, a sociedade e o poder público têm o dever de assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à assistência social, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao transporte coletivo gratuito (**idosos com idade superior a 65 anos**), ao respeito e à convivência familiar e comunitária;

**II** - preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas;

**III** - destinação privilegiada de recursos públicos, nas áreas relacionadas com a proteção social, saúde e lazer do **idoso**;

**IV** - o processo de envelhecimento diz respeito à pessoa e à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento em vários âmbitos sociais;

**V** - o idoso deve ser o principal agente e destinatário das transformações a serem efetivadas por meio desta política;

**VI** - as diferenças econômicas, sociais, culturais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e urbano, deverão ser observadas pelo poder público e sociedade em geral na aplicação desta **Lei**.

## SEÇÃO II

### Das Diretrizes

**Art. 6º - A Política Municipal do Idoso** obedecerá às seguintes diretrizes:

**I** - descentralização político-administrativa que promova a rede de atendimento das ações e das políticas voltadas à população idosa;

**II** - priorização do atendimento, por meio de organizações representativas, na formulação, implementação e avaliação das políticas, planos, programas, projetos relativos à pessoa idosa;

**III** - incentivo e apoio às organizações que desenvolvem estudos e pesquisas sobre questões relativas ao processo de envelhecimento;

**IV** - fomento à organização de programas que priorizem a convivência do **idoso** na própria família e na comunidade, em detrimento do atendimento asilar, com exceção daqueles que não possuam condições de garantir sua própria sobrevivência;

**V** - formação e desenvolvimento de recursos humanos, nas áreas de gerontologia, geriatria e prestação de serviços a eles destinados, oferecidos na rede pública de saúde;

**VI** - divulgação, à sociedade em geral, sobre o processo de envelhecimento e dos direitos assegurados ao idoso, presente na **Lei nº. 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);**

**VII** - priorização do atendimento ao idoso nos órgãos públicos e privados, prestadores de serviços, viabilizando alternativas de participação, ocupação e convívio, que proporcionem a sua integração com as demais gerações;

**VIII** - definição do fluxo de recebimento e atendimento de denúncias de violência contra a pessoa idosa, através da **Rede de Proteção dos Direitos dos Idosos.**

## **CAPÍTULO III**

### **Das Competências**

**Art. 7º** - Compete ao Município, por intermédio do órgão responsável pela **Assistência Social:**

**I** - coordenar as ações relativas à **Política Municipal do Idoso**, participando na formulação, acompanhamento e avaliação dos serviços públicos prestados ao **idoso**;

**II** - promover a articulação com as secretarias municipais responsáveis pelas políticas de saúde, educação, assistência social, previdência social, habitação, trabalho, transporte, esporte, cultura, lazer, agricultura, visando à implementação da política do **idoso**;

**III** - realizar diagnóstico da realidade sócio-econômica dos idosos e organizações de atendimento ao idoso, em parceria com o **Conselho Municipal de Direitos do Idoso**, visando subsidiar a elaboração do plano de ação e execução da política de atendimento à população idosa;

**IV** - prestar assessoria técnica às entidades e organizações de atendimento ao idoso, observadas as diretrizes definidas pelo **Estatuto do Idoso, Conselho Municipal de Direitos do Idoso e Conselho Municipal de Assistência Social**;

**V** - coordenar e manter atualizado o sistema de cadastro de entidades e organizações de atendimento ao **idoso**;

**VI** - desenvolver política de estrutura física e operacional das redes de serviços, visando atender às características da população idosa, com ênfase na capacitação de profissionais e prestadores de serviços;

**VII** - assegurar ao **idoso** o acesso aos serviços e ações preventivas e de proteção, nos níveis de atendimento previstos no **Sistema Único de Assistência Social** e no **Sistema Único de Saúde**;

**VIII** - estimular a participação do idoso nas instâncias de controle social, das diversas políticas públicas de forma democrática e sem quaisquer tipos de discriminação.

**IX** - criar a **Rede de Proteção de Direitos dos Idosos**, no combate à violência e/ou qualquer forma de negligência contra este público alvo, em parceria com os demais órgãos públicos de direito e segurança, conforme rege o **Estatuto do Idoso**.

**X** - prestar serviços de assistência aos idosos, através da criação de **Programas de Convivência do Idoso**;

**§ 1º** - Os **Programas de Convivência do Idoso** visam à construção de laços de amizade, lazer, fontes de informação voltadas para o **idoso**, oferecimento de atividades sociais, educacionais, culturais, esportivas e de lazer.

**§ 2º** - Para fins do disposto no **parágrafo anterior**, fica criado no âmbito da **Secretaria de Desenvolvimento Social** o programa “**PROJETO A-COR-DAR**”.

## SEÇÃO I

### Das Ações Governamentais

**Art. 8º** - Na implementação da **Política Municipal do Idoso**, são competências dos órgãos e entidades públicas:

#### **I - na área de assistência social:**

**a)** prestar serviços e desenvolver ações, voltadas para o atendimento das necessidades básicas do idoso, mediante a participação das famílias, da sociedade e das organizações governamentais;

**b)** promover a capacitação de recursos humanos para atendimento ao idoso, dando preferência a inserção / reinserção familiar, trabalhando não somente o idoso, mas a família como um todo.

**Parágrafo Único** - Deve-se primar pela prevenção as degenerações próprias da idade com vistas a facilitar o processo de envelhecimento.

**c)** estimular a organização da sociedade civil devidamente cadastradas nos respectivos conselhos, com a participação do **Fórum das Organizações Governamentais**;

**d)** promover seminários, simpósios e encontros específicos com a participação do idoso, para o Idoso e com os idosos.

**e)** garantir ao idoso os direitos à liberdade, ao respeito e à dignidade preconizados no **Estatuto do Idoso**;

**f)** promover programas de conscientização da população em geral sobre o envelhecimento, seus efeitos sobre o organismo e como ter um envelhecimento saudável.

- g) orientar os trabalhadores para a **aposentadoria**, com **antecedência mínima de 01 (um) ano**, por meio de estímulo aos novos projetos sociais, conforme seus interesses, e de esclarecimento sobre os direitos sociais e de cidadania;
- h) garantir o atendimento preferencial dos idosos nos órgãos públicos, no comércio e nos meios de transporte;
- i) garantir o atendimento asilar aos idosos em situação de risco, social e ou pessoal, ou incapacitados e sem família;
- j) criar serviços especiais de prevenção e atendimento às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;
- k) incentivar proteção jurídico-social ao idoso com vulnerabilidade econômica;
- l) desenvolver programas de capacitação para cuidadores de idosos;
- m) criar e estimular alternativas de atendimento ao idoso como: “**PROJETO A-COR-DAR**”, oficinas de trabalho, atendimento domiciliar e outros serviços de forma descentralizada e/ou integrados;
- n) garantir aos maiores de **65 (sessenta e cinco)** anos a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.

## **II - na área da saúde:**

- a) garantir ao idoso, acesso à assistência à saúde nos diferentes níveis de atendimento previsto no **Sistema Único de saúde**;
- b) elaborar e aplicar normas de funcionamento de instituições geriátricas e similares;
- c) prevenir, promover, proteger e recuperar a saúde do idoso, mediante programas de atendimento e de orientação familiar e medidas profiláticas;
- d) promover programa de capacitação intersetorial de funcionários para atendimento adequado e humanizado;
- e) implementar programa de saúde do idoso, incluindo pré-consulta e acolhimento nas unidades básicas, nos serviços de emergência, exames, consultas em especialidades e atendimento domiciliar;
- f) organizar e promover ampla divulgação dos serviços específicos ao idoso, especialmente junto aos grupos de terceira idade, associação de aposentados e às entidades que desenvolvem ações voltadas à população idosa.

## **III - na área de educação e cultura:**

- a)** adequar currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais destinados ao **idoso**;
- b)** criar mecanismos de inserção do **idoso** na rede escolar, integrando-o por meio de vivência e experiências;
- c)** desenvolver programas educativos e divulgá-los, especialmente nos meios de comunicação, a fim de informar a população sobre o processo de envelhecimento;
- d)** promover a participação dos idosos nas comemorações de caráter cívico ou cultural, para transmissão de conhecimentos e vivências às demais gerações;
- e)** apoiar a inclusão nos currículos mínimos, dos diversos níveis de ensino formal, conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria;
- f)** estimular e oportunizar a participação dos idosos nos núcleos de alfabetização de adultos.

#### **IV - na área de trabalho e previdência social:**

- a)** priorizar o atendimento do idoso, em relação aos benefícios previdenciários;
- b)** criar mecanismos que propiciem a geração de emprego e renda à população idosa, nas áreas urbanas e rurais;
- c)** divulgar a legislação referente ao sistema previdenciário nas áreas pública e privada, principalmente, distribuição gratuita nos postos de saúde, e demais órgãos públicos do **Estatuto do Idoso**.
- d)** desenvolver ações e programas que orientem e coibam a discriminação do **idoso** quanto a sua participação no mercado de trabalho;
- e)** promover ações e programas de interação e em forma de rede de assistência municipal com as áreas de educação e saúde, assistência social, habitação, organizações da sociedade civil, para que haja a preparação para aposentadoria nos setores públicos e privados;
- f)** apoiar a criação de programas de profissionalização e de oficinas de trabalho, em espaços públicos existentes na comunidade.

#### **V - na área de habitação e urbanismo:**

- a)** desenvolver e implementar programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos, com características arquitetônicas de acessibilidade adequadas à população idosa;
- b)** fomentar melhorias arquitetônicas e urbanas, para adequar equipamentos sociais públicos e privados às necessidades de segurança e acesso à pessoa idosa;

**c)** promover formas de melhoria de condições habitacionais e adaptação de moradia à pessoa idosa, observando as condições fisiológicas, a sua dependência e locomoção;

**d)** identificar parcela da população idosa que apresenta necessidade de habitação, priorizando àquela cuja situação requeira medidas de emergência e cuja reinserção familiar seja desaconselhável pela equipe técnica da **Secretaria de Desenvolvimento Social**.

#### **VI - na área de esporte e lazer:**

**a)** prestar serviços e desenvolver ações ao **idoso**, com a participação da família e da sociedade;

**b)** fomentar a participação do **idoso** em espaços de esporte, cultura e lazer, de forma gratuita;

**c)** incentivar e apoiar os movimentos de **idosos** que desenvolvem ações de esporte e cultura;

**d)** fomentar a implantação e implementação de programas e projetos específicos que visem a melhoria da qualidade de vida do **idoso**, por meio da prática de atividades físicas, culturais e de lazer;

**e)** desenvolver atividades ocupacionais como: cursos, seminários, encontros, viagens, programações culturais e desportivas.

#### **VII - na área da agricultura:**

**a)** estimular a criação de programas e projetos agropecuários, artesanais e indústria caseira na região rural;

**b)** desenvolver programas educativos nas escolas públicas, utilizando os meios de comunicação e publicação de periódicos, para informar e relatar experiências sobre a população e a importância da participação do **idoso** pelo conhecimento acumulado nesta área;

**c)** apoiar e promover cursos e capacitação para agricultores, como forma de agregação de novas tecnologias e ampliação de renda;

**d)** aproveitar os conhecimentos e habilidades do **idoso** sobre a área da agricultura, priorizando a integração familiar.

#### **VIII - na área da justiça:**

**a)** promover e defender os direitos da pessoa idosa com a criação de serviço jurídico de apoio;

**b)** zelar pela aplicação das normas sobre o **idoso**, determinando ações para evitar abusos e lesões a seus direitos;

**c)** garantir ao **idoso**, através da **Rede de Proteção de Direitos dos Idosos**, atendimento e encaminhamento adequado de denúncias de maus tratos, podendo o mesmo utilizar dos serviços prestados pela **Assessoria Jurídica Municipal de Apoio ao Cidadão, Defensoria**

**Pública e Dativa/Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, do Estado de Minas Gerais,**  
cuja incumbência é a assistência aos necessitados.

## **CAPÍTULO IV**

### **Do Conselho Municipal de Direitos do Idoso**

**Art. 9º** - Fica criado o **Conselho Municipal de Direitos do Idoso – CMDI** – órgão permanente, paritário, consultivo, deliberativo, formulador e controlador das políticas públicas e ações voltadas para o **idoso** no âmbito do **Município de Itapagipe/MG**, sendo acompanhado pela **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**, órgão gestor das políticas de **Assistência Social do Município**.

**Art. 10** - Compete ao **Conselho Municipal de Direitos do Idoso**:

**I** - formular, acompanhar, fiscalizar e avaliar a **Política Municipal de Direitos dos Idosos**, zelando pela sua execução;

**II** - elaborar proposições, objetivando aperfeiçoar a legislação pertinente à **Política Municipal de Direitos dos idosos**;

**III** - indicar as prioridades a serem incluídas no planejamento municipal quanto às questões que dizem respeito ao **idoso**;

**IV** - cumprir e zelar pelo cumprimento das normas constitucionais e legais referentes ao **idoso**, sobretudo a **Lei Federal nº. 8.842, de 04/07/94**, a **Lei Federal nº. 10.741, de 01/10/03 (Estatuto do Idoso)** e leis pertinentes de caráter Estadual e Municipal, denunciando à autoridade competente e ao **Ministério Público** o descumprimento de qualquer uma delas;

**V** - fiscalizar as entidades governamentais e não-governamentais de atendimento ao idoso, conforme o disposto no **art. 52 da Lei nº. 10.741/03**.

**VI** - propor, incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos, programas e pesquisas voltados para a promoção, a proteção e a defesa dos direitos do **idoso**;

**VII** - inscrever os programas das entidades governamentais e não-governamentais de assistência ao idoso;

**VIII** - estabelecer a forma de participação do **idoso** residente no custeio da entidade de longa permanência para **idoso** filantrópica ou casa-lar, cuja cobrança é facultada, **não podendo exceder a 70% (setenta por cento)** de qualquer benefício previdenciário ou de **Assistência Social** percebido pelo idoso;

**IX** - apreciar o **Plano Plurianual**, a **Lei de Diretrizes Orçamentárias** e a **Proposta Orçamentária Anual** e suas eventuais alterações, zelando pela inclusão de ações voltadas à política de atendimento do **idoso**;

**X** - indicar prioridades para a destinação dos valores depositados no **Fundo Municipal de Direitos do Idoso**, elaborando ou aprovando planos e programas em que está prevista a aplicação de recursos oriundos daquele;

**XI** - zelar pela efetiva descentralização **político-administrativa** e pela participação de organizações representativas dos idosos na implementação de política, planos, programas e projetos de atendimento ao **idoso**;

**XII** - elaborar o seu regimento interno;

**XIII** - outras ações visando à proteção do **Direito do Idoso**.

**Parágrafo Único** - Aos membros do **Conselho Municipal de Direito do Idoso** será facilitado o acesso **a todos os setores da administração pública municipal**, especialmente às **Secretarias** e aos programas prestados à população, a fim de possibilitar a apresentação de sugestões e propostas de medidas de atuação, subsidiando as políticas de ação em cada área de interesse do **idoso**.

**Art. 11** - O **Conselho Municipal de Direitos do Idoso**, composto de forma paritária entre o **Poder Público Municipal** e a **Sociedade Civil**, será constituído:

**I - por representantes de cada uma das Secretarias a seguir indicadas**

- a) 01 (um) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;**
- b) 01 (um) Secretaria Municipal de Saúde;**
- c) 01 (um) Secretaria Municipal de Educação;**
- d) 01 (um) Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;**
- e) 01 (um) Secretaria Municipal de Cultura ou Esporte ou Lazer.**

**II - por representantes da sociedade civil atuantes no campo da promoção e defesa dos direitos ou ao atendimento do idoso, legalmente constituídas e em regular funcionamento há mais de 01 (um) ano, sendo eleitos para preenchimento das seguintes vagas:**

- a) 01 (um) representante de instituição prestadora de serviços ao **idoso**;**
- b) 01 (um) representante dos trabalhadores na área de atendimento ao **idoso**;**
- c) 01 (um) representante de Credo Religioso com políticas explícitas e regulares de atendimento e promoção do **idoso**;**
- d) 02 (dois) representantes de outras entidades que comprovem possuir políticas explícitas permanentes de atendimento e promoção do **idoso**.**

**§ 1º** - Cada membro do **Conselho Municipal de Direitos do Idoso** terá um suplente.

**§ 2º** - Os membros do **Conselho Municipal de Direitos do Idoso** e seus respectivos suplentes serão **nomeados e empossados pelo Prefeito Municipal**, respeitadas as indicações previstas nesta **Lei**.

**§ 3º** - Os membros do **Conselho** terão um mandado de **02 (dois) anos**, podendo ser reconduzidos **por um mandado de igual período**, enquanto no desempenho das funções ou cargos nos quais foram nomeados ou indicados.

**§ 4º** - O titular de órgão ou entidade governamental indicará seu representante e respectivo suplente, **que poderão ser substituídos, a qualquer tempo, mediante nova indicação do representado.**

**§ 5º** - As **entidades não governamentais** previstas no **inciso II, Caput**, serão eleitas em fórum próprio, especialmente convocado para este fim.

**§ 6º** - Caberá às entidades eleitas a indicação de seus representantes e respectivos suplentes ao **Prefeito Municipal**, diretamente, no caso **da primeira composição do Conselho Municipal**, ou por intermédio deste, tratando-se das composições seguintes, para nomeação, no prazo de **20 (vinte) dias** após a realização do **Fórum que as elegeu**, sob pena de substituição por entidade suplente, conforme **ordem decrescente de votação**.

**Art. 12 - O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Municipal de Direitos do Idoso** serão escolhidos, mediante votação, dentre os seus membros, por maioria absoluta, devendo haver, no que tange à **Presidência** e à **Vice-Presidência**, uma alternância entre as entidades **governamentais e não governamentais**.

**§ 1º - O Vice-Presidente do Conselho Municipal de Direitos do Idoso** substituirá o **Presidente** em suas **ausências e impedimentos**, e, em caso de ocorrência simultânea em relação aos **02 (dois)**, a presidência será exercida pelo **Conselheiro mais idoso**.

**§ 2º - O Presidente do Conselho Municipal de Direitos do Idoso** poderá convidar para participar das **reuniões ordinárias e extraordinárias** membros dos **Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário**, e do **Ministério Público**, além de pessoas de notória especialização em assuntos de interesse do **idoso**.

**Art. 13** - Cada membro do **Conselho Municipal** terá direito a **um único voto** na sessão plenária, **excetuando o Presidente que também exercerá o voto de qualidade**.

**Art. 14** - A função do membro do **Conselho Municipal de Direitos do Idoso** não será remunerada e seu exercício será considerado de relevante **interesse público**.

**Art. 15** - As entidades **não governamentais** representadas no **Conselho Municipal de Direitos do Idoso** perderão essa condição quando ocorrer uma das seguintes situações:

**I** - extinção de sua base territorial de atuação no **Município**;

**II** - irregularidades no seu funcionamento, devidamente comprovadas, que tornem incompatível a sua representação no **Conselho**;

**III** - aplicação de penalidades administrativas de natureza grave, devidamente comprovadas.

**Art. 16** - Perderá o mandato o **Conselheiro** que:

**I** - desvincular-se do órgão ou entidade de origem de sua representação;

**II** - faltar a **03 (três)** reuniões consecutivas ou **05 (cinco)** intercaladas, sem justificativa;

**III** - apresentar renúncia ao plenário do **Conselho**, que será lida na sessão seguinte à de sua recepção na **Secretaria do Conselho**;

**IV** - apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções;

**V** - for condenado em **sentença irrecorrível**, por crime ou contravenção penal.

**Art. 17** - Nos casos de renúncia, impedimento ou falta, os **membros do Conselho Municipal de Direitos do Idoso** serão substituídos pelos suplentes, automaticamente, podendo estes exercer os mesmos **direitos e deveres dos efetivos**.

**Art. 18** - Os órgãos ou entidades representados pelos **Conselheiros** faltosos deverão ser comunicados a partir da **segunda falta consecutiva ou da quarta intercalada**.

**Art. 19** - O **Conselho Municipal de Direitos do Idoso** reunir-se-á **bimestralmente**, em caráter **ordinário**, e **extraordinariamente**, sempre que necessário, por convocação do seu **Presidente ou por requerimento da maioria de seus membros**.

**Art. 20** - O **Conselho Municipal de Direitos do Idoso** instituirá seus atos por meio de resolução aprovada pela maioria de seus membros.

**Art. 21** - As sessões do **Conselho Municipal de Direitos do Idoso** serão públicas, precedidas de ampla divulgação.

**Art. 22** - A **Secretaria Municipal Desenvolvimento Social** proporcionará o **apoio técnico administrativo** necessário ao funcionamento do **Conselho Municipal de Direitos do Idoso**.

**Art. 23** - Os recursos financeiros para implantação e manutenção do **Conselho Municipal de Direitos do Idoso** serão previstos nas peças orçamentárias do **Município**, possuindo **dotações próprias**.

## **CAPÍTULO V**

### **Do Fundo Municipal de Direitos do Idoso**

**Art. 24** - Fica criado o **Fundo Municipal de Direitos do Idoso**, instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos destinados a propiciar suporte financeiro para a implantação, manutenção e desenvolvimento de planos, programas, projetos e ações voltadas aos **idosos no Município de Itapagipe/MG**.

**Art. 25** - Constituirão receitas do **Fundo Municipal de Direitos do Idoso**:

**I** - recursos provenientes de órgãos da **administração direta e indireta da União ou do Estado** vinculados à **Política Nacional e Estadual do Idoso**;

**II** - transferências autorizadas de recursos de outros fundos;

**III** - dotações orçamentárias repassadas pelo **Município e créditos adicionais suplementares que a Lei** estabelecer no transcorrer de cada exercício;

**IV** - as resultantes de doações do setor privado, **pessoas físicas ou jurídicas**;

**V** - rendimentos eventuais, inclusive de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;

**VI** - as advindas de **acordos, convênios, termos de cooperação e instrumentos congêneres**;

**VII** - as provenientes das multas aplicadas com base na **Lei nº. 10.741/03**;

**VIII** - legados;

**IX** - contribuições voluntárias;

**X** - produto de vendas de materiais, e eventos realizados;

**XI** - outras.

**Art. 26** - O **Fundo Municipal** ficará vinculado diretamente à **Secretaria Municipal de Fazenda**, tendo sua destinação liberada através de projetos, programas e atividades aprovados pelo **Conselho Municipal de Direitos do Idoso**.

**§ 1º** - Será aberta conta bancária específica em instituição financeira oficial, sob a denominação “**Fundo Municipal de Direitos do Idoso**”, para movimentação dos recursos financeiros do Fundo, sendo elaborado, mensalmente balancete demonstrativo da receita e da despesa, que deverá ser publicado na imprensa oficial, onde houver, ou dada ampla divulgação no caso de inexistência, após apresentação e aprovação do **Conselho Municipal de Direitos do Idoso**.

**§ 2º** - A **contabilidade do Fundo** tem por objetivo evidenciar a sua situação financeira e patrimonial, observados os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

**§ 3º** - Caberá à **Secretaria Municipal de Fazenda** gerir o **Fundo Municipal de Direitos do Idoso**, sob a orientação e controle do **Conselho Municipal de Direitos do Idoso**, cabendo ao seu titular:

**I** - solicitar a política de aplicação dos recursos ao **Conselho Municipal do Idoso**;

**II** - submeter ao **Conselho Municipal de Direitos do Idoso** demonstrativo contábil da movimentação financeira do **Fundo**;

**III** - assinar cheques, ordenar empenhos e pagamentos das despesas do **Fundo**;

**IV - outras atividades indispensáveis para o gerenciamento do Fundo.**

## **CAPÍTULO VI**

### **Das Disposições Finais e Transitórias**

**Art. 27** - Os recursos financeiros necessários à implementação das ações da **Política Municipal do Idoso** serão previstos no orçamento.

**Art. 28** - Para a primeira instalação do **Conselho Municipal de Direitos do Idoso**, o **Prefeito Municipal** convocará, por meio de edital, os integrantes das sociedades civis organizadas atuantes no campo da promoção e defesa dos direitos do **idoso**, que serão escolhidos em fórum especialmente realizado para este fim, a ser realizado no prazo de **30 (trinta)** dias **após a publicação do referido edital**, cabendo as convocações seguintes à **Presidência do Conselho**.

**Art. 29** - A primeira indicação dos representantes governamentais será feita pelos **titulares das respectivas Secretarias**, no prazo de **30 (trinta)** dias após a publicação desta **Lei**.

**Art. 30** - O **Conselho Municipal de Direitos do Idoso** elaborará o seu **Regimento Interno**, o qual será **aprovado por ato próprio**, devidamente publicado pela **imprensa oficial**, onde houver, e dada ampla divulgação.

**Parágrafo Único** - O **Regimento Interno** disporá sobre o funcionamento do **Conselho Municipal do Idoso**, as atribuições de seus membros, entre outros assuntos.

**Art. 31** - Ficam convalidados e ratificados todos os atos relacionados à **Política Municipal do Idoso**, realizados anteriormente a edição da presente **Lei**.

**Art. 32** - Esta **Lei** poderá ser regulamentada no que for necessário através de ato do **Executivo Municipal**.

**Art. 33** - Revogadas as disposições em contrário esta **Lei** entra em vigor na data de sua publicação.

Itapagipe/MG., 10 de setembro de 2010.

**Benice Nery Maia**  
Prefeita

**Mário Lúcio Queiroz da Costa**  
Secretário de Administração e Planejamento